

O Pólo de Cinema e o Metrô

Armando Lacerda

A iniciativa do governador Joaquim Roriz no início de seu mandato, decidindo-se pela implantação do Pólo de Cinema e Vídeo no Distrito Federal, não só revelou extrema sensibilidade, como apontou um foco de esperança à comunidade artística nacional, depois do bombardeio que se seguiu às reformas apresentadas pelo presidente Collor.

O governador ainda não é reconhecido como um homem de cultura, um mecenas erudito ou militante das artes; ele é um empreendedor, ligado às atividades agrárias; um administrador, cuja a capacidade de trabalho vem sendo reconhecida por todos.

Nesse contexto é provável que se surpreenda com a complexidade da indústria cultural, suas infundáveis especificações, a todo momento superadas por técnicas mais modernas, sofisticadas em equipamentos, ditados sempre pela revolução que as diversas linguagens empreendem hoje, no mundo das comunicações e das artes.

Dotar o DF de infra-estrutura capaz de sustentar a produção cinematográfica e de vídeos em níveis competitivos não é tarefa fácil e requer investimentos vultosos. O cinema brasileiro é um cinema avançado do ponto de vista artístico e cultural, profundamente enraizado na vida do nosso povo, embora patine no terreno escorregadio do mercado, isto é, da divulgação e do reconhecimento do seu público.

O Pólo de Cinema e Vídeo deverá significar a retomada do projeto imagético nacional, abandonado com a extinção da Embrafilme, o que em si seria suficiente para colocar o DF em posição de destaque diante de outras regiões. Por que estados mais ricos, como Rio, Minas ou São Paulo não ousaram algo semelhante?

Afinal, esses estados têm, pelo menos, maior patrimônio cultural, herdado do período colonial e do Império, ou seja, possuem maior tradição, quando comparados a Brasília, de apenas 30 anos de idade.

Por intermédio do Pólo de Cinema e Vídeo será possível produzir, apesar da sofisticação. Temos excelentes di-



retores, produtores, técnicos, atores e atrizes espalhados pelo País e até no exterior.

A questão central, contudo, é como exibir as obras e inseri-las nos mercados de maneira que sejam vistas por públicos cada vez maiores, e que compensem financeiramente, de forma a dar continuidade ao projeto inicial, revertendo as aplicações, até agora apenas sustentadas em verbas públicas.

O Distrito Federal possui algumas excepcionais características que podem trazer o retorno necessário às produções locais, inicialmente. Possuímos uma vasta rede de escolas públicas, quase todas equipadas com aparelhos leves, que programadas em circuito poderiam ensinar a veiculação de filmes e vídeos documentários, culturais e/ou educativos.

No entanto, a grande porta para todas as produções do Pólo de Cinema e Vídeo, incluindo as produções ditas comerciais e não comerciais, abre-se para os trilhos do Metrô.

Seria inquestionavelmente saudável que das mais de 30 estações previstas pela empreitada do Metrô, dez ou 15 delas deveriam contar com áreas de recreação, com salas equipadas para projeções que, por si só, configurariam um circuito de exibição gratuito para os passageiros em trânsito.

Tal medida humanizaria a utilização desse meio de transporte, dando ao usuário opção para o arejamento cultural, além de propiciar a aproximação dos realizadores com o público.

A remuneração desse circuito one-

raria o bilhete do Metrô em alguns cruzeiros a mais, e seria suficiente para dotar o Pólo de receitas constantes, portanto, sem solução de continuidade, capazes de alavancar as produções para outros circuitos.

Também os contratos de aquisição de equipamentos importados para o Metrô deveriam conter, nas cláusulas de assistência técnica ou reposição de equipamentos, a doação pura e simples de equipamentos e materiais necessários ao Pólo de Cinema e Vídeo. Operação semelhante foi realizada, com sucesso, pela extinta Embrafilme, por ocasião da compra do satélite brasileiro ao Canadá. Os modernos equipamentos que compunham o Núcleo de Produção da Avenida Brasil foram conseguidos dessa forma.

Não será correto atribuir aos cineastas e produtores a tarefa de organizar os circuitos de distribuição e exibição de suas obras.

Todos sabem que a disputa entre produtores e exibidores comerciais nunca beneficiou o cinema nacional. Mesmo os maiores produtores, quase sempre ligados às televisões, têm dificuldades em exibir seus filmes. As relações com os exibidores são dramáticas, pois guardam estreitos compromissos com grandes monopólios da distribuição, sempre estrangeiros. Em suma, é praticamente impossível o filme brasileiro concorrer com o filme estrangeiro, seja nos cinemas ou nas emissoras de televisão.

A equação da distribuição dos produtos do Pólo de Cinema e Vídeo deve ser sempre uma das preocupações do próprio Pólo.

São salvaguardas originais que poderão gerir a iniciativa pioneira de dotar o DF de um projeto de tal magnitude e ainda atrair o interesse privado nesses investimentos.

Os bons resultados do Pólo de Cinema e Vídeo farão da capital federal um exemplo para o futuro.

A criação dos nossos artistas não está morta.

O Distrito Federal saberá corresponder à expectativa do ingresso do País na modernidade cultural do próximo milênio.

■ Armando Lacerda é jornalista e produtor de cinema e vídeo